

RETÓRICA E HISTÓRIA¹

Rhetoric and History²

Dominick LaCapra
Cornell University

Correspondência:

Bryce & Edith M. Bowmar Professor in Humanistic Studies
Office: 340 McGraw Hall - Cornell University, Ithaca, NY 14853-4601
E-Mail: dominick.lacapra@cornell.edu

*Conforme anoitece, retorno para minha casa e adentro meus estudos.
À porta, deixo minhas roupas ordinárias
cobertas por lama e poeira e coloco roupas régias e elegantes. Então,
visto-as apropriadamente e adentro nas
antigas cortes dos antigos homens, de quem, apaixonadamente
recebo o alimento que é só meu e para o qual fui destinado. Não receio falar com eles
e perguntar-lhes a razão de suas ações; e eles, fora de sua humanidade,
me respondem; e durante quatro horas eu não me aborreço,
esqueço todos os problemas, não temo a pobreza, e a morte não me terrifica.
Estou completamente transferido neles.
Nicolau Maquiavel*

O estudo da retórica está mais uma vez na agenda dos estudos humanistas. Acadêmicos de várias disciplinas têm se sensibilizado com as perdas envolvidas nesse eclipse que se estende por mais de três séculos, e um crescente interesse tem marcado o passado recente. Os historiadores têm renovado o inquérito acerca do papel da retórica em seus objetos de estudo³. Entretanto, suas pesquisas têm freqüentemente tendido a faltar com o componente reflexivo e auto-crítico que, de certa forma, mostra-se presente em alguns setores da crítica literária e da filosofia. Claramente preocupados com o narcisismo intrincado e extremo da auto-reflexão, historiadores têm dedicado pouca atenção à sua própria retórica e ao papel do retórico (incluindo neste papel a retórica da então chamada ciência “dura”) na constituição de sua disciplina.

¹ **Nota do Editor:** em obediência ao acordo de fidedignidade estabelecido com a Cornell University, mantivemos o texto sem a apresentação de resumo/abstract, conforme o original. Editor e tradutores agradecem pela liberação do referido artigo a Tonya Cook e a Cornell University Press. Tradução e impressão conforme *Rhetoric and History, from History and Criticism*. Copyright (c) 1985 by Cornell University. Todos os direitos reservados.

² Tradução realizada por Eduardo Ferraz Felipe, Doutorando em História pelo programa de História Social da Universidade de São Paulo, e Thiago Ponce de Moraes, Doutorando em Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense, poeta e tradutor.

³ Ver, por exemplo, Bernard Bailyn, *The Ideological Origins of the American Revolution* (Cambridge, Mass, 1967).

Todavia, se os historiadores estão tentados a buscar orientação na crítica literária e na filosofia, eles são confrontados por um grande número de obstáculos. A Retórica tem estado muitas vezes na posição de bode expiatório do radicalmente “outro” – às vezes tida como marginal à linguagem ou, mais precisamente, como sua simples prostituta. Isso é constantemente contrastado com a lógica ou ciência, a qual pode assumir a posição figurativa de “legítima esposa” da mente. A tendência de esperar tudo ou nada da retórica é ainda predominante, assim como a ambivalência do próprio termo que ela parece engendrar.

A pergunta por uma definição inclusiva ou exaustiva de retórica é, sem dúvida, impossível. No entanto alguma definição prática é inevitável, sendo, em todo caso, necessária. Teóricos recentes têm tentado renovar o entendimento da retórica tanto pelo inquérito histórico, com suas vicissitudes ao longo do tempo, quanto pela exploração do espaço entre o estatuto nobre e inferior atribuídos a ela. Desse modo, a diversidade da abordagem e a fluidez da compreensão têm geralmente caracterizado recentes reinterpretações.

Provisoriamente, tal orientação é útil para distinguir três perspectivas relevantes, que podem ser combinadas de várias maneiras nos trabalhos de diversos acadêmicos: (I) A revisão das mais antigas concepções de retórica à luz das modernas análises lingüísticas e discursivas. Essa tendência pode induzir, ao que sabemos, a uma identificação da retórica com vastos segmentos do discurso; talvez até com todos eles, exceto pelas metalinguagens excessivamente formalizadas⁴.

A pouco expansiva, embora ambiciosa, tentativa de reconsiderar o alcance da retórica, pode endereçar a natureza da oratória deliberativa, forense e epidítica aos temas do argumento e do estilo ou à relação entre *inventio* (idéias e argumentos), *dispositio* (composição), e *elocutio* (escolha e arranjo das palavras).⁵ (II) A elaboração da teoria das figuras, tropos e usos “literários” ou “poéticos” da linguagem.⁶ Aqui o âmbito da retórica é estreitado, no entanto a análise pode se tornar mais delicadamente ajustada.

⁴ Paolo Valesio afirma: “Retórica é uma funcional organização do discurso, em seu contexto social e cultural, em todos os aspectos, exceção feita para a sua realização como uma metalinguagem estritamente formal – em forma lógica, matemática, e nas ciências cujas metalinguagens compartilham as mesmas características. Em outras palavras: retórica é *toda* a linguagem em sua realização como discurso. Assim, para excluir metalinguagens estritamente formalizadas do domínio da retórica (e mesmo temporariamente – até investigar-se os elementos retóricos concebíveis naquelas metalinguagens) é descartar alguma coisa que não é, propriamente falando, linguagem. A universalidade da retórica, que varia a completa estrutura lingüística, é então confirmada antes que enfraquecida.” *Novantiqua: Rhetoric as Contemporary Theory* (Bloomington, Ind., 1980) p.7.

⁵ Veja, por exemplo, Gerard Genette, *Figures I* (Paris, 1966), *Figures II* (Paris, 1969) e *Figures III* (Paris, 1972); Ch. Perelman e L. Olbrechts-Tyteca, *Traité de la argumentation: La nouvelle rhétorique* (Paris, 1958) and Paul Ricouer, *The Rule of Metaphor* (Toronto, 1977)

⁶ Veja, por exemplo, J. Dubois et al., *Rhétorique General* (Paris, 1970) e Paul de Man, *Allegories of Reading* (New Haven, 1979). De Man afirma: “O modelo gramatical de pergunta torna-se retórico não quando nós temos, por um lado, um significado literal e, por outro lado, um significado figural, mas quando isso torna impossível de decidir pelos instrumentos gramaticais ou lingüísticos pelos quais dois significados (que podem ser inteiramente incompatíveis) prevalecem... Entretanto, isso talvez fosse algo remoto pelo uso comum, eu não hesitaria em equiparar a retórica, a figural potencialidade da linguagem, com a própria literatura” (p. 10)

tada ou, até mesmo, hermeticamente técnica. Essa segunda tendência pode, apesar de tudo, nos guiar de volta à primeira, quando os tropos estão de acordo com uma função original ou genérica na linguagem e visam despertar para outros usos (como argumentos, desafios, e ideologia)⁷ (III) Um foco em problemas de persuasão e de audiência que podem converter a definição aristotélica de retórica em um programa para a estética da recepção.⁸

O maior desafio compartilhado por essas tendências é a idéia de que a retórica é uma dimensão de toda a linguagem usada mais como um conjunto distinto de usos ou um reino do discurso. A questão que surge, então, é a de como a retórica pode e deve interagir com outras dimensões do discurso nas várias disciplinas. Historiadores têm mostrado relativamente pouco interesse nesse problema; em boa parte porque eles continuam confinados em um modelo “documental” ou “objetivista” de conhecimento que é tipicamente cego acerca de sua própria retórica. De fato, esse modelo tem sido eficaz em apaziguar ou neutralizar preocupações que motivam o trabalho dos novos retóricos.

O que é um modelo documental de conhecimento, e como tem prevalecido no auto-entendimento dos historiadores ou, de forma mais problemática, em sua prática atual de escrita da história? No endereçamento dessas questões, em um curto espaço, posso somente oferecer respostas que ameaçam tornarem-se caricaturas generalizadas circunstancialmente, pois exigirão qualificação e refinamento em um tratamento mais longo.

Em um modelo documental, a base da pesquisa é o “duro” fato derivado da inspeção crítica das fontes, e o propósito da historiografia é tanto fornecer descrição narrativa, quanto “descrição densa” dos fatos documentados ou submeter o registro histórico a procedimentos analíticos de hipóteses-formação, testes e explanação. A imaginação histórica está limitada por um plausível preenchimento de lacunas no registro e por “lançar nova luz” em fenômenos que requerem a descoberta de informações desconhecidas até o momento. Isso não significa ver o fenômeno de maneira diferente ou ter de transformar o nosso entendimento através de reinterpretções. Desse modo, todas as fontes tendem a ser tratadas em termos estritamente documentais; ou seja, em termos da proposição factual ou referencial que delas pode ser derivada a intenção de providenciar informação sobre tempos e lugares específicos. Há, além disso, uma hierarquia explícita ou implícita entre fontes, pela qual uma posição preferencial está de acordo com a aparentemente direta informação documental como relatos burocráticos, testamentos, registros, diários, testemunhas oculares e assim por diante. Se outros textos são tratados como um todo, isso quer dizer, não apenas como documentos, eles são reduzidos a elementos que são tanto redundantes quanto meramente suplementares (e, também, não verificados contra dados “duros”, puramente sugestivos)

⁷ Ver Hayden White, *Metahistória* (Baltimore, 1973) e *Trópicos do discurso* (Baltimore, 1978).

⁸ Aqui eu simplesmente gostaria de mencionar as diferentes abordagens para esta questão feitas por Wayne Booth, Hans Robert Jauss, Wolfgang Iser e Stanley Fish.

com respeito à “informação” privilegiada dos documentos. O estreito uso documental das fontes ajuda a justificar a marginalização da história intelectual na disciplina e, por isso, a adoção de uma concepção de pesquisa que pouco combina com o campo disciplinar, desde que seus “artefatos” criem a mais primitiva resistência a leituras documentais estreitas.

Desde um passado recente, muita atenção tem sido dispensada aos mecanismos de difusão e de documentação acerca de como os textos e outros artefatos ganham circulação e uso na sociedade. No entanto poucas considerações têm sido dispensadas ao processo pelo qual textos complexos submetem-se a transformações dentro de um uso específico e de uma troca de valores – processo cuja investigação confrontará os historiadores com problemas irreduzíveis à incompleta estrutura documental. Na verdade, isso, às vezes, pressupõe que somente questões significativamente históricas são aquelas que podem ser respondidas por uma pesquisa empírica – de preferência arquivística. Interpretação requer uma menor restrição ao intercâmbio entre o historiador e o objeto de estudo e está confinada, na melhor das hipóteses, a um estatuto subordinado e, preferencialmente, à indubitável noção de “contexto”, o que a torna uma chave explicativa variável (se não o equivalente à realidade histórica). A noção de contexto pode até mesmo servir como um caminho para se esquivar dos textos e do problema da interpretação ou leitura destes, exceto em um redutível caminho documental. Há uma divisão entre história e crítica literária, e, enquanto esta pode sugerir hipóteses ou habilitar os historiadores, numa compreensão precipitada, a mudar “vozes” e pronunciar um pouco sentenciosamente *obiter dicta*. A prolongada interação entre história e teoria crítica é condenada como “a-histórica”. A reconstrução do passado, tendo assumido “seus próprios termos”, permanece como a consideração prioritária, e o objetivo é ser tão objetivo quanto o possível, controlando o “preconceito” ou “preferência subjetiva” na pesquisa de problemas e no teste de hipóteses. A afirmação de uma estrutura objetiva de referência pode ser promovida pela excessiva ansiedade por uma “recaída” dentro do “relativismo”, e a carga de “projeção” pode ser direcionada aos historiadores cuja interpretação - ou completa orientação interpretativa - rejeitam. Raramente emergiu a consideração se o completo caminho da construção de assuntos se apóia em uma dúbia suposição e necessita, portanto, ser repensada.

A dificuldade é que um modelo documental restritivo ou objetivista toma o que é, em certos aspectos, uma condição necessária ou uma dimensão crucial da historiografia, e a converte em uma definição virtual e exaustiva. Isso também desvia a atenção do foco de que os “documentos” são, eles mesmos, textos que “processam” ou re-trabalham a “realidade” e requerem, por esse motivo, um leitor crítico que possa ir além das tradicionais formas filológicas da *Quellenkritik**. Assim, certos aspectos tanto do passado quanto do discurso dos historiadores acerca dele se apresentam obscuros.

* Em alemão, a palavra se refere à crítica interna das fontes, principalmente no que tange aos seus aspectos de autoria, estilística e data de escrita (N. do Tradutor).

Em um artigo recente, H. Stuart Hughes foi tão longe, a ponto de ver uma “regressão” na historiografia contemporânea a um “primitivo positivismo”, e fez uma observação provocativa: “Historiadores, neste país, parecem ter esquecido – se eles alguma vez propriamente aprenderam – que a simples verdade que se pode chamar de progresso não chega em seus esforços pela simples descoberta de novos materiais, mas sim, pelo menos, pela completa *nova leitura* dos materiais já manuseados.”⁹ Após notar o recente dilúvio de estudos metodológicos na profissão historiográfica, Laurence Veysey – um historiador cuja direção de sua pesquisa é significativamente diferente da tomada por Hughes – comenta, no entanto, com um suave toque de ironia e uma grande dose de hipérbole: “Com toda essa grande sofisticação sobre o argumento histórico, permanece verdade que tem mais prestígio o historiador que descobre (sem problematizar como conseguiu) algum incontestável, mas previsivelmente desconhecido, fato de inegável importância.”¹⁰ Enquanto alega-se que é geralmente mais prestigiado o historiador que aprimora padrões de descrição na base da pesquisa das massas de arquivos, pode-se, contudo, sugerir que Mr. Gradgring tem sido o *alter ego* do moderno historiador. É verdade que vigora uma idéia que o choque de reconhecimento, embora confuso devido a sentimentos misturados que são invocados pelas caricaturas de Dickens (ou, mais sutilmente, pelo retrato do Mr. Casaubon em *Middlemarch*, de George Eliot), deve ser parte do destino da profissão do historiador. De fato, na medida em que componentes de um modelo documental constituem uma necessária condição da profissão historiográfica, o historiador enfrentará recorrentes tentações de tornar um fetiche a pesquisa arquivística, atentando para descobrir algum fato, figura ou fenômeno “injustamente negligenciado”, e sonhar uma “tese” à qual o seu próprio nome esteja ligado (ou um panfleto dedicado a Heath*). Entretanto, um modelo mais interativo de discurso, que leve em conta o mútuo intercâmbio — às vezes, o mútuo desafio — entre as dimensões “documentais” e “retóricas” da linguagem, pode promover uma concepção expandida de conhecimento histórico — que propicie uma nova reviravolta para a idéia de que a história é tanto uma “ciência” quanto uma “arte”.

Como confrontar os limites do modelo documental sem simplesmente converter toda história em uma metahistória, ou negar o papel referencial dos usos da linguagem no passado e no relato dos historiadores? Esta é uma complicada questão que os historiadores são forçados a encarar. O que parece óbvio, no entanto, é que o “objetivismo” e o “relativismo” (ou “subjetivismo”) são falsas opções que fazem parte da complexidade que deve ser situada e vencida. O problema, neste caso, é como relatar,

⁹ “Historiografia contemporânea: progresso, paradigmas, e a regressão em direção ao positivismo” em *Progresso e seu descontentamento* ed. Gabriel A. Almond, Marvin Chodrow and Roy Harvey Harris (Berkeley, Los Angeles, and London, 1982) p. 245.

¹⁰ “The United States”, em *International Handbook of Historical Studies: Contemporary research and Theory*, ed. Georg Iggers and Harold T. Parker (Westport, Conn, 1979), p. 168.

* Heath é uma revista inglesa cujos números seguem uma tipificação de ensaios ou dossiês dedicados a determinados temas importantes da História Mundial, como a Primeira Grande Guerra, a Segunda Grande Guerra, dentre outros (N. do tradutor, cf. considerações do autor para esta tradução).

na teoria e na prática discursiva, o uso dos textos pelos historiadores como documentos na reconstrução conclusiva da realidade (ou do “contexto mais amplo”) e na leitura crítica de seus textos (incluindo itens geralmente referidos aos documentos), de modo que possa afetar tanto a concepção da antiga “realidade” quanto da atividade no presente. Há sinais de que os historiadores estão tomando ciência desse problema, mas a articulação dele, em uma forma consciente, é ainda alusiva, apesar das importantes iniciativas recentes.¹¹

Para dar uma idéia da prevalência do modelo documental, gostaria de discutir brevemente alguns livros: *History*, de John Higham, Felix Gilbert e Leonard Krieger (1965)¹²; *Historical Studies Today*, editado por Felix Gilbert e Stephen Graubard (1972)¹³; e *The Past before us*, editado por Michael Kammen (1980)¹⁴.

Escritos por notáveis historiadores encarregados, mais ou menos explicitamente, de representar a “consciência histórica” das disciplinas em geral e/ou das subdisciplinas em particular. Esses livros possuem um interesse especial, porque medem a última geração e incluem a avaliação do “estado-da-arte”. Dadas as iniciativas mais idiossincráticas e as inevitáveis diferenças de qualidade que, todavia, aparecem em suas contribuições, seria excessivo reivindicar um *status* paradigmático a esses textos. E, em vista dos limites deste ensaio, eu seria altamente seletivo discutindo esses temas; dessa forma, eles não fornecem uma análise satisfatória — muito menos uma leitura “textual” — deles. Contudo, compreendo que o meu uso desses textos, apesar da ameaça de se tornar igualmente “documental”, pode ainda ter algum valor indicativo em relação ao estado desta disciplina. Irei também me referir a um livro, o qual já citei, e que tem recebido, no geral, menor atenção que esses três: *The international Handbook of Historical Studies, Contemporary research and Theory*, editado por Georg G. Iggers e Harold T. Parker (1979). Também uma tentativa de avaliar o campo apelando frequentemente aos intelectuais mais jovens como colaboradores. O que acho especialmente notável, é que os colaboradores de todos esses volumes tendem a aceitar como uma suposição inquestionável os constituintes básicos do que aqui vem sendo delineado como um modelo documental de entendimento histórico, e, às vezes, eles entendem isso em direções mais decididamente extremas do que as que vimos tratando até aqui. Mais frequentemente, esse modelo é qualificado ou ironizado (de algum modo) unicamente em seu jeito mais costumeiro. O próprio fato de que esse modelo funciona amplamente como uma suposição tácita atesta suas profundas raízes naturais e sua força. No momento, isso pode ser um pré-requisito essencial do mútuo reconhecimento entre historiadores. Além do mais, se há alguma evolução nesses livros, isso parece

¹¹ Além disso, para além da previsível citação dos trabalhos de Hayden White, veja os de Michel de Certeau, especialmente *L'écriture de l'histoire* (Paris, 1975) e *L'invention du quotidien* (Paris, 1980).

¹² Englewood Cliffs, 1965.

¹³ New York, 1972.

¹⁴ Ithaca, N. Y., 1980.

estar na direção de um incremento seguro, de uma concepção profissionalizante de historiografia.

O volume de Higham, Gilbert e Krieger é inicialmente surpreendente, pois contém uma pequena quantidade de problemas específicos da história intelectual. Além disso, esses três autores são bem conhecidos, em suas disciplinas, como praticantes dessa subdisciplina.

Essa característica do volume é um sinal, para os autores, do grau de integração da história intelectual com a história em geral, tanto quanto do papel de concepções uniformes em sua abordagem, quanto da subdisciplina quanto da disciplina como um todo. Mesmo que os autores ainda apresentem um prolongado interesse em assuntos teóricos e uma defesa modulada do ideal documental. É verdade que eles evidenciam um certo sentimento de crise em relação ao estado da profissão, mas, por outro lado, ainda projetam um ar de segurança temperado com a preocupação acerca do perigo da especialização excessiva.

Higham oferece uma impressionante avaliação da história da historiografia nos Estados Unidos abrangendo a época da “história” científica durante a virada do século; a reação a esse movimento por parte dos “novos historiadores” reformistas e atentos (James Harvey Robinson, Carl Becker, e Charles Beard) e a recente tentativa de um entendimento mais sintético da pesquisa histórica. A análise de Higham do passado está animada pela crítica afiada de certas tendências, mas seu tratamento do estado contemporâneo da disciplina é otimista e de, certa forma, desprovido de agudeza crítica em seu retrospecto. Ele sente que a historiografia de seu próprio tempo tem combinado o melhor da mais antiga história científica com o melhor da recente Nova História, enquanto evita debates estéreis e as “rarefeitas regiões da filosofia da história.”¹⁵ O foco na prática metodológica tem liberado historiadores para satisfazerem as demandas profissionais de seus pares, enquanto se endereçam às necessidades da audiência popular. Higham afirma: “Embora essas operações críticas sejam exatas, essas tarefas fundamentais de organização de dados dentro de um *design*, e a recriação da vida no passado, não dependem de uma metodologia sistemática. A história não tem uma linguagem especial e propriamente sua. Conseqüentemente, historiadores profissionais são incapazes de prendê-los completamente em uma esfera especializada, e escritores que não foram capacitados com treinamento especial são freqüentemente capazes de fazer um importante trabalho histórico.”¹⁶

¹⁵ *History*, p.89.

¹⁶ *Ibid.*, pp 68 – 69. Contrastando os comentários de Hayden White: “Desde a segunda metade do século dezenove, historiadores têm se tornado cada vez mais o refúgio dos homens são que se sobressai por encontrar o simples no complexo e o familiar no estranho... O que é usualmente chamado de ‘treinamento’ dos historiadores consiste, para a maior parte dos estudos em poucas línguas, em pesquisas diárias de arquivos, e a performance de um pequeno conjunto de exercícios, que os familiariza com trabalhos de referência padronizados, e jornais em seu campo. Além disso, uma experiência geral dos assuntos humanos, escrito em campos periféricos, auto-disciplina, e *Sitzfleisch* são mais que necessários” “The Burden of History” este artigo foi publicado pela primeira vez em 1966. Ele encontra-se traduzido como “O fardo da História”, em *Trópicos do discurso* São Paulo: edusp, 2001.

Podemos imaginar que a tentativa de mediação, por parte dos historiadores, entre textos difíceis, ou de conhecimento especializado, e o entendimento popular pode gerar mais tensão do que Higham indica. Há de se perguntar se o desejo de ordenar o caos ou de encontrar um mapa, ou desenho, em alguma tapeçaria remota não obscurece a interação entre as ordens e desafia tanto o objeto de estudo quanto o discurso dos historiadores a seu respeito. Os postulados de ordem e de entendimento ordinário são dois dos mais importantes aspectos de certo modelo de conhecimento. Eles são secundados pela análise informativa e urbana de Krieger e Gilbert, que estende a investigação para a história européia. Krieger enfatiza a maneira pela qual a historiografia busca unidade e conhecimento, através do qual apresenta o familiar infamiliar na mente do leitor. “Ultimamente, então, as duas faces da história européia na América, que compõem o seu status contemporâneo, – sua posição na América e sua posição no mundo – são únicas. Isso tem ajudado a construir, dentro da estrutura do conhecimento, significados que são gerais sem serem abstratos. Tal fato tem de certa forma contribuído um pouco na preparação da mente dos homens para a admissão do até agora desconhecido, de modo que refine, mas não viole, suas idéias fundamentais. Essa é, apesar de tudo, a função primária do sentido histórico.”¹⁷

Felix Gilbert toma a consideração de Krieger acerca do sentido histórico e do sentido comum como um pequeno avanço em uma direção que conclui sua própria contribuição. Tanto é que o editor geral do projeto da Ford Humanities o cita em seu prefácio, do qual esse volume faz parte. Desse modo, as palavras de Gilbert proporcionam uma moldura inicial e final do livro como um todo:

A tarefa preferencial dos historiadores é recuperar uma imagem do passado no qual a história emerge como a conceitualização de um processo unificado. Por isso, a existência da história como um campo profissional e independente depende da concepção de passado como uma totalidade. Entretanto, a demanda pela reconstrução de uma consciência histórica que integre o presente com o passado é muito mais que o interesse do historiador. É algo que está enraizado na necessidade geral de nosso tempo. Como a história é o estudo do homem em condições sociais, o estabelecimento da relação do passado com o presente reafirma o papel do homem em um mundo que parece escapar do controle humano. E a justificativa para essa preocupação com a história é a convicção de que “não há futuro sem um passado e não há passado sem um futuro”¹⁸

O sonho de uma “história total” que corrobore o desejo do próprio historiador por um repertório documental e que supra o leitor com a noção vicária de – ou talvez um projeto por – controle em um mundo fora dos eixos tem sido, é claro, a estrela guia na historiografia que vai de Hegel até a Escola dos *Annales*. Essas limitações práticas e intelectuais só foram recentemente se tornando evidentes na profissão históri-

¹⁷ *History*, p.313.

¹⁸ *Ibid*, p. 387.

ca¹⁹. Em um nível mais pragmático, Higham, como eu havia declarado, acreditava que os historiadores de seu próprio tempo estavam a ponto de alcançar um balanço sintético na abordagem das questões-chave de seus predecessores:

Por causa do relativismo, historiadores não atentaram para a crença simplória em uma dura realidade externa nem para a descrença que acompanhou sua própria imaginação definidora — que caracterizou a história científica. A época do realismo e do naturalismo na cultura americana passou. Historiadores já não consideram sua própria subjetividade exclusivamente como um problema ou uma barreira para esforço contrário. Era assim, é claro. A tarefa da historiografia seria sempre requerer o extremo despojamento de propensão e de penetração em um reino para além do *self* imediato e de sua imediata sociedade. Entretanto, os historiadores agora sabem que seu feito não era simplesmente um ato de descrição não era um esforço para registrar passivamente as harmonias de um padrão evolutivo. Esta tarefa clama pelo alcance criativo da imaginação e explora todos os recursos da condição humana do historiador.²⁰

A convicção de Higham na ultrapassagem da crença realista pode ter sido prematura.²¹ Em todo caso, sua afirmação admiravelmente equilibrada, no entanto, leva a uma pergunta sobre quais são os usos válidos da linguagem na historiografia que escapa às polaridades da objetividade descritiva e dos preconceitos subjetivo. O “alcançe criativo” da imaginação dos historiadores envolve uma troca com o passado não limitada a uma simpática identificação com a experiência das pessoas em outros tempos e espaços?

Higham enfatiza a natureza conciliatória do debate liberal e civilizado entre historiadores, assim como o esforço por unir a contribuição da ciência social com a idéia artística do ofício do historiador.

¹⁹ Veja, por exemplo, Roger Chartier: “Intellectual History or Sociocultural History? The Franche Trajectories” and Dominick LaCapra “Rethinking Intellectual History and Reading Texts”, in: *Modern European Intellectual History: Reappraisals and New perspectives* (Ithaca, N. Y., 1982) ed. Dominick LaCapra and Steven L. Kaplan.

²⁰ *History*, p. 136.

²¹ Observe este comentário vindo de um de nossos mais perspicazes historiadores – um comentário que vem após um inquérito dentro do estilo dos “mestres” do passado: “Essa pressão em direção à objetividade é realista, pois os objetos dos inquéritos dos historiadores são precisamente objetos, que fora daqui estão em um real e singular passado historicamente controvertido em um comprometimento sem fuga de sua ontológica integridade. As árvores nas selvas do passado sentem unicamente um caminho, não importa o quanto fragmentário ou contraditório os relatos dessa queda, não importa se não há historiadores, nem historiador ou muitos contenciosos historiadores neste futuro para relatar e debater.” GAY, Peter. *Estilo na História* (New York, 1974) p. 210. Testemunhando também um recente comentário de Gordon Wood pelo renascimento do positivismo: “Isso ocorre precisamente porque os círculos, que estão em constante expansão em nossa cultura, têm descartado a sua tradicional epistemologia; (do positivismo do séc. XIX) o que faz com que os historiadores se sintam mais humildes acerca do que fazem. Alguns dos mais eminentes historiadores, como G. R. Elton e Oscar Handlin, sabem que ultimamente pode não haver alternativa para seu ofício, além dessa velha roupagem epistemológica. Historiadores, alerta Elton, ‘não requerem uma nova pregação humilde na emergência de Heisenberg, mas algum retorno para a garantia do séc. XIX que o trabalho que eles estão fazendo negocia com a realidade.’ ‘A vocação do historiador’, escreve Handlin, ‘depende minimamente de seu artigo de fé’.

Importantes diferenças de ponto de vista na profissão certamente permanecem e elas ainda tendem a ser expressas em termos da relação com as ciências sociais. O debate é mais moderado e construtivo agora. Tal fato geralmente pressupõe uma apreciação pluralista das amplas variedades da história e da ciência social; e dificilmente alguém nega que parte da cultura contemporânea, a partir da qual historiadores interrogam o passado, reside nas ciências sociais. Essa questão atinge mais a natureza do argumento histórico e científico... Alguns historiadores da tradição positivista ainda consideram a explicação – o teste das leis gerais pela aplicação para eventos específicos – como o único modelo de explicação histórica... Contra essa visão, outros sustentam que o historiador é essencialmente um dramático, cuja lógica narrativa nunca pode ser simplificada por uma teoria geral e cuja tarefa real é compreender a inexplicável complexidade das coisas. A maioria dos historiadores ocupa uma posição aproximada entre esses dois extremos: destemido pela abertura e imprecisão do discurso histórico ou já satisfeito por ter a ajuda de alguns conceitos sistemáticos que podem oferecer a parcial clarificação de um problema histórico particular. A maioria provavelmente concordaria com H. Stuart Hughes que “a suprema técnica virtuosística dos historiadores se situa na fusão entre o novo método de análise social e psicológica com sua tradicional função de contar histórias.”²²

Apesar disso, o recente lamento de H. Stuart Hughes insinua que alguma coisa deve ter acontecido, desde o início dos 60, para romper o consenso liberal e pragmático que Higham acreditava ter emergido na profissão. Em 1973, a reedição de *Varieties da História*, de Fritz Stern, no despertar dos eventos de 1968, sentiu que a história estava em crise e que devia estar perdendo seu público:

A História está em crise novamente? A resposta parece ser sim, e a crise vem com ou sem a disciplina histórica. Até certo ponto, o sentido de crise indica como a profissão se relaciona com o que tem freqüentemente arremetido o moderno historiador: a fragmentação do campo, a depreciação do novo conhecimento, a mania da grande síntese, a identidade da história em relação às ciências sociais. Historiadores estão muito cientes da crescente indiferença pública com a história, nascida, talvez, do sentido de que o presente é tão radicalmente diferente do passado que a reconstrução do passado parece, unicamente, de interesse antiquário. Isso pode ser parte do nosso predicado profissional e social que, no exato instante em que o conhecimento histórico é de importância fundamental, ele é de fato negligenciado.²³

Isso não é de modo algum uma depreciação da experiência profundamente débil de observar que a crise/síndrome complacente, que emerge com tal freqüência em nossa citação, é parte de um conjunto muito antigo de *topoi* retoricamente efetivos, os quais muitas vezes tendem a alternar com outros tempos adicionais, parcialmente

²² History, pp. 137-138.

²³ *Varieties of History* (1956, New York) p. 9

em resposta aos eventos correntes. Uma evidente percepção da crise conforma o prefácio de Stephen Graubard ao *Historical Studies Today*, livro que provém de dois assuntos da *Daedalus*. Embora, acerca da sensação de crise, Graubard julgue que “é difícil de dizer” se ela é justificada e note, além disso, que “não mais que duas dúzias de historiadores que tinham escrito para esse volume pareçam partilhar dessa visão [de que a disciplina está em crise], dos quais muitos são críticos da erudição em seus respectivos campos.”²⁴, os colaboradores tendem a julgar o saber estritamente através do critério acadêmico e “para isso, poucos acham necessário fazer escolhas pelo saber da década de 60”²⁵. De fato, um confuso ar de triunfo parece conformar a parcela relativa a Eric Hobsbawm na história social, lidando com o espetáculo curioso da discussão marxista como uma subdisciplina para a exclusão da sua relação com a ampla sociedade, tendo em vista o estudo ou a estrutura da profissão histórica por si mesma. Hobsbawm recorre a uma tática marxista geralmente associada a um caráter conservador, quando ele, modestamente, restringe a si mesmo uma análise puramente objetiva de um conjunto de situações, às quais ele implicitamente aprova. “Esse ensaio”, ele nos diz, “é uma tentativa de observar e analisar, não para declarar um credo pessoal ou para expressar (exceto onde isso está claramente expresso) as preferências do autor e o valor dos julgamentos. Eu digo isso logo no início, a fim de que possa distinguir esse ensaio de outros que são defesas contra ou declarações a favor do tipo de história praticada por seus autores — já que a história social não necessita, no momento, nem de um, nem de outro”²⁶. (Contudo, Hobsbawm poderia estar brincando com o leitor, pois esse ensaio abarca, na verdade, tanto explícitos julgamentos de valor quanto comentários indiretos acerca de outras abordagens e estudos.)

O próprio Graubard está visivelmente agitado pela junção paradoxal entre a confiança profissional elevada e o decréscimo do interesse público na pesquisa dos historiadores: “Muito do desenvolvimento dos anos recentes tem ajudado aqueles que têm encarado a história como Ciência — não uma ciência no sentido, pode-se dizer, de que esses dados possuam uma utilidade predicativa, mas uma ciência no sentido de François Furet ‘de substituir um “evento” elusivo da história positivista pela regular repetição de dados selecionados ou construídos pela sua compatibilidade’. A História, construída através dessas linhas, nunca pode servir aos propósitos de um público que ainda anseia por relatos narrativos”²⁷.

A história “científica” está amplamente endereçada a outros historiadores, enquanto a narrativa não está morta. Nesse sentido, “com a profissão histórica por si mesma — nas universidades de muitos países — aqueles que estão pensando de forma mais criativa são aqueles que experimentam com novos métodos e novos tipos de in-

²⁴ *Historical Studies Today*, pp. vii - viii

²⁵ *Ibid.*

²⁶ *Ibid.* p.I

²⁷ *Ibid.* p.IX.

quérito. Dessa maneira, o relato histórico é raramente popular”²⁸. Graubard procura um remédio para o divórcio entre o interesse, ou significado público, e as demandas dos especialistas profissionais; porém ele alerta que o retorno para a história “científica” não pode significar um retorno à narrativa histórica do século dezanove. Ele vê um sinal de esperança no estudo dos eventos contemporâneos e conclui seu prefácio com as seguintes palavras: “Se (os historiadores) obtém sucesso nisso [reclamando o passado recente de outros campos como a sociologia e a ciência política], eles serão inevitavelmente guiados para fazer novamente o que os historiadores do tempo de Thucydides estavam sempre preparados para fazer: interpretar o mundo contemporâneo para a sua geração”²⁹.

As considerações de Graubard ecoaram de modo sutil na introdução de Gilbert. Este acrescenta uma ponderação mais detida sobre a crise na historiografia: “O processo histórico já não é mais visto como contínuo. A noção de continuidade do processo histórico era eurocêntrica... Por causa da coerência que a noção eurocêntrica de história parecia possuir, não havia dúvidas acerca da relevância do passado para o presente.”. A Europa estava descentralizada pela sua perda de poder e pela ascensão de populações não europeias. Para Gilbert, as conseqüências desse fenômeno são claras: “Quando o passado não é relevante para o presente, a preocupação com esse passado se torna antiquária, ameaça que sempre paira sobre a cabeça dos historiadores.” Ao ignorar a questão acerca do postulado de continuidade desqualificado — especialmente quando observado como uma postura de poder dominante — é necessário que haja outro interesse no passado além do antiquário; Gilbert vê alguns desenvolvimentos promissores no “que se refere à história comparada, para o estudo de relações, para a análise de estruturas”³⁰. No entanto, ele é forçado a concluir sua introdução com a justificativa, bastante fraca, de que o volume que ele co-edita pode servir para esclarecer certos mal entendidos do público sobre o que os historiadores estão realmente fazendo —, embora tanto o prefácio quanto a introdução pareçam considerar que o direcionamento da pesquisa profissional é, ela mesma, um importante fator na alienação do público em geral. Comparativamente, Gilbert, em seu próprio ensaio de história intelectual, tenta se desviar da hegemonia da história social pela definição da história intelectual em termos de uma reduzida, porém cuidadosa e precisa, variante da tradicional *Geistesgeschichte**. A história intelectual já não pode mais sustentar que as idéias têm um papel primordial na história ou mesmo que um *Zeitgeist** dite as regras de algum período histórico. Esse fato só pode fazer com que qualquer simples reinvenção documental “reconstitua a mente de um indivíduo ou de grupos quando um

²⁸ Ibid.

²⁹ Ibid. p.X

³⁰ Ibid. p.xx

* Em alemão, no original. (Nota do tradutor)

* Em alemão, no original. (N. T.)

evento particular acontece ou quando se consegue algum avanço”³¹. Nem a mais básica reconceitualização da história intelectual, ou sua relação com outras abordagens da história intelectual, parecem ser praticáveis à luz da análise de Gilbert.

Com a edição de Michael Kammen, em *The Past Before Us*, parecemos retornar à atmosfera do volume de Higham, Gilbert e Krieger. Kammen, em sua introdução, mostra qualificados, porém inconfundíveis, sinais de otimismo sobre o estado da profissão — otimismo que é, ele mesmo, talvez o sinal da concordância excessivamente generosa de Kammen; capaz de ver, em todos os outros historiadores, a abertura para diversas perspectivas divergentes, que é um admirável traço de sua própria abordagem dos problemas. Sua análise magistralmente compreensiva da pesquisa recente é motivada, sem dúvida, por um julgamento sobre a condição da disciplina. Não somente a pesquisa material, mas o inquérito metodológico tem prosseguido rapidamente. “Um resultado é uma disciplina que é suscetível, cada vez mais, à sociedade plural e igualitária na qual funciona. Um segundo resultado, acreditamos, será uma disciplina mais cosmopolita em um mundo encolhido — um mundo que está de maneira rápida descobrindo o quanto são interdependentes seu passado, seu presente e seu futuro”³². Assim, a alta receptividade e a promessa do cosmopolitismo têm acompanhado os renascentes vínculos com o amplo público, e a demanda dos críticos que lamentam a parte da auto-suficiência teórica na historiografia tem sido respondida. “Ninguém deve queixar-se hoje, como Hayden White fez em 1966, de uma resistência que vai desde uma confissão íntegra até quase qualquer tipo de auto-análise crítica.”³³.

Contudo, à medida que Kammen enumera as principais transformações da disciplina, começa-se a duvidar se as tendências datadas têm de fato se modificado tanto, e se certos descontentamentos básicos têm sido adequadamente resolvidos. Ele nota “(1) a aparente mudança da história descritiva para a analítica; (2) a proliferação de inovações metodológicas; e (3) a relação cambiante entre a “nova história social” e as outras subdisciplinas”³⁴. É curioso que tenham sido precisamente com essas as mudanças que se preocuparam Graubard e Gilbert a menos de uma década atrás. Quando nos concentramos nos ensaios presentes no volume, somos forçados a decidir se eles confirmam a avaliação relativamente otimista de Kammen, pelo menos em termos de sua própria abordagem do assunto. Isso se dá porque os próprios assuntos tendem a ser avaliações bibliográficas imensamente eruditas no que diz respeito às pesquisas em várias subdisciplinas, intercaladas com avaliações de trabalhos específicos e com gráficos estatísticos, cujos verdadeiros princípios de seleção e organização não foram interrogados. Há, em geral, um pequeno inquérito autocrítico dentro das premissas da disciplina, e geralmente em seus princípios mais antigos — os postulados da unidade, continuidade e domínio do repertório documental — são afirmados em ter-

³¹ Ibid. p. 155

³² *The Past Before Us*, p. 46

³³ Ibid. p.33

³⁴ Ibid. p 28 - 29

mos poucos duvidosos. No mínimo, um modelo documental de entendimento histórico parece menos aberto à crítica na medida em que ele se torna tão profundamente profissionalizado quanto uma tarefa realizada de maneira mecânica. A esse respeito, o aspecto particularmente surpreendente desses ensaios, presentes em *O passado diante de nós*, é a escassa atenção dada ao passado historiográfico “atrás” de nós. A memória dos colaboradores é relativamente curta, e há muito poucas referências aos mestres do passado que promovem o retorno que data à última geração. Não há, também, os nomes de Ranke, Tocqueville, Marx, Michelet e outros mais no índice onomástico — uma omissão gritante, quando o profissionalismo em si ajuda a fazer do índice uma “ferramenta” de pesquisa crucial. De modo geral, a avaliação do estado da disciplina nesse volume, até mesmo quando eles se lamentam por certos aspectos da profissionalização, também tende a ser ilustrativo dessa questão, especialmente por não fazer da permuta sofisticada com o passado da disciplina um componente vivo do próprio entendimento no presente.

Se dermos uma olhada no volume editado por Iggers e Parker, a impressão de alto profissionalismo é confirmada em grande parte — apesar do fato de que as contribuições no campo tendem, às vezes, a ser bem menos aceitas. O próprio Parker conclui o ensaio através de uma expressão irrefreável e quase platônica do sonho de uma história total como uma “síntese cinematográfica” através do tempo. Em sua introdução, Iggers afirma em uma passagem lapidar:

Há uma ampla diversidade na escrita histórica. Para ser claro, entre todos os historiadores profissionais há certas comunidades. Para todos eles, a história é uma empreitada de caça à realidade. Eles procuram saber quais os costumes do passado para entender o seu porquê. Idealmente, eles procedem pelos cânones da pesquisa científica: através da crítica da investigação racional, publicação de resultados e revisão por seus pares. Na verdade, com respeito ao procedimento, o trabalho deles tem se tornado cientificamente mais rigoroso com a própria consciência testando suposições, conceitos e hipóteses...

Apesar das advertências de historiadores como J. H. Hexter, G. R. Elton, Paul Veyne e Hayden White contra a adoção de um modelo científico, ou mesmo social científico, para o inquérito histórico; além da insistência de White de que a história é uma iniciativa intelectual ligada à retórica e à poesia, historiadores têm se tornado mais comprometidos do que nunca com o ideal científico da história como uma disciplina metodológica e conceitualmente rigorosa.³⁵

No primeiro ensaio do volume, Louis Mink tenta enfatizar a natureza específica da narrativa de registro dos fatos e modelos “covering laws”^{*} herdados da

³⁵ *International Handbook of Historical Studies*, pp. 6 e 8.

* Este é um modelo de explicação associado especialmente ao logicista Carl Gustav Hempel (1905 – 1997) que considerou a existência de um modelo adequado a todos os tipos de explicação. Fundamentalmente, um enunciado é explicado se ele é derivado de um certo número de leis fixas junto com certo número de enunciados factuais, como quando nós explicamos “Fido late” ao dizer “Todos os cachorros latem e Fido é um cachorro”. “Covering Laws” pode ser compreendido como uma forma de positivismo (N. do tradutor cf. considerações do autor para esta tradução).

explicação científica. Acerca dos desenvolvimentos da teoria da narrativa, Mink nos diz: “convergem em direção a uma tendência de incremento por considerar a estrutura narrativa como incorporação e comunicação, enquanto tipo primário e irreduzível de entendimento cognitivo, e tipicamente, se não unicamente, apropriada ao conhecimento histórico. Há também uma conexão conceitual entre o entendimento da ação racional e narrativa como a formulação e a expressão de cada entendimento.”³⁶. Desse modo, a discussão de Mink parece implicitamente confirmar os comentários introdutórios de Iggers, nos quais se reafirma a idéia problemática de que a narrativa e a abordagem analítico-causal oferecem, basicamente, opções diferentes ou opostas na historiografia. Devido à não-reduzibilidade da narrativa a modelos analítico-causais ou “covering laws”, parece existir um ponto formal que não afeta a comparabilidade dos dois caminhos de estruturação dos fatos como modelos cognitivos de entendimento no sentido documental. Existem duas formas diferentes para arranjar ou “codificar” os mesmos fatos, e códigos narrativos ou estruturas são eles mesmos objetos de apreensão teórica na ciência da narratologia.

Não é necessário negar o interesse dessa abordagem da narrativa para observar que ela, assim sendo, não se dirige a aspectos da narração os quais, por sua vez, devem estar conectados com ferramentas retóricas, sendo guiados a um entendimento mais amplo sobre a cognição. Também não se deve menosprezar a importância da historiografia de Hayden White, cujo trabalho Mink vê exatamente como o auge da tendência que compreende o entendimento histórico em função da narrativa observando que White não só salientou o papel da retórica, como também ameaçou subordiná-la ao modelo relativamente restrito de cognição documental, lógico e dialético. Em um nível primário, a teoria de White acerca da origem figural do conhecimento histórico reverte pré-concepções científicas ordinárias que, de certo modo, produzem um efeito de choque potencialmente benéfico, reabrindo questões que pareciam já encerradas. Porém, de certa forma, sua teoria permanece com o mesmo formato geral de referência que as concepções “científicas” propunham inverter. Desse modo, o princípio formador da teoria dos tropos de Hayden White, como fundação da retórica e da narrativa, era um estruturalismo geral que apresentava um nível do discurso (o “tropo”) como determinante em última instância. Seu último recurso na interpretação tem sido o papel dos códigos em relação aos quais textos ou usos atuais de linguagem são sinais ou exemplos. Assim, ele fornece uma estrutura análoga do verdadeiro modelo de “covering laws” que ele criticou em teorias explicativas causais. Contudo, se o historiador estava constrangido, no presente, por códigos ou estruturas, sua relação com o passado era extremamente permissiva. O problema do relativismo subjetivo na “poética” da historiografia de White originou-se de uma concepção neo-idealista e formalista da mente do historiador como livre agente modelador referente ao relato documental inerte e neutro (algo como um análogo cultural da “múltipla sensível” kantiana). Essa pers-

³⁶ Ibid. p. 25.

pectiva tendeu a obscurecer tanto o jeito como as pessoas no passado viveram, contaram e escreveram “histórias”, quanto a maneira pela qual o relato documental é ele mesmo sempre textualmente processado antes que qualquer historiador possa chegar a ele. Historiadores, nesse caso, são confrontados com um fenômeno que apresenta resistência a sua forma de imaginação e que apresenta problemas complexos em sua tentativa de interpretar e reconstruir o passado.³⁷

Pelas convenções de gênero, e o ímpeto do meu próprio epílogo, estou agora inclinado a oferecer um programa pragmático ou “positivo”, acompanhado de imposições apropriadas e animadoras. Eu corresponderia a essas expectativas unicamente de maneira provisória e temporária.

Como podem os componentes necessários de um modelo documental, sem o qual a historiografia seria irreconhecível, estarem associados a exemplos retóricos em um amplo e interativo entendimento do discurso histórico? Inicialmente, eu gostaria de enfatizar que se o retórico não pode estar completamente subordinado ao modelo científico restrito, tampouco deve ser construído em termos puramente instrumentais, muito menos propagandísticos. Retórica, como um mero significado para finalidades pré-concebidas — em resumo, como uma linguagem tecnológica —, é ela mesma a variante moderna reduzida da idéia mais tradicional de uma coleção de estratégias e táticas para assegurar a persuasão de outros em uma caçada de objetivos restritos. Essa concepção retira a retórica de uma ampla noção de crítica sociocultural e transformação política para a aceitação de sua definição pungente, promovida por uma idéia de verdade transcendente e absoluta. Com essa advertência em mente, eu gostaria de oferecer as seguintes observações sobre a retórica em sua conexão com a historiografia.

(I) A Retórica envolve um entendimento dialógico do discurso e uma verdade, ela mesma em contraste com a idéia monologal de uma voz autoral unificada, que provém de um relato idealmente exaustivo e definitivo de um controlador completo do objeto de conhecimento. A historiografia é dialógica a medida em que os historiadores se inserem, por meio dela, em uma permuta “coloquial” com o passado e com outros inquiridos que busquem um entendimento acerca disso. O problema é a natureza da conversação. Historiadores geralmente reconhecem que eles começam não com um relato histórico “virgem”, mas por registros processados pelos apontamentos de

³⁷ Para uma abordagem mais intensiva da obra de Hayden White, cuja tentativa expressa por completo a força de sua crítica à tradição historiográfica, veja o meu ensaio “Poetics of the historiography: Hayden White’s Tropics of Discourse” in *Rethinking intellectual history: Texts, contexts, Language* (Ithaca, N.Y., 1983). Veja também as contribuições presentes em *History and Theory* XIX, Beiheft 19 (1980). Em seu “Method and Ideology in Intellectual History: The case of Henry Adams” (incluído em *Modern Intellectual History: Reappraisals and new perspectives*), White seleciona a ideologia, ao invés dos tropos, como um nível determinante do discurso e complexifica seu modelo focando no papel dessa mudança. Entretanto, sua ênfase permanece nos códigos da análise de usos e textos. O artigo de White “The question of narrative in Contemporary Theory” (*History and Theory* 23(1984): I – 33) fornece um exame crítico das teorias da narrativa no pensamento contemporâneo. Essa quebra de paradigma ensaístico indica como o próprio trabalho recente de White caminha para além do estruturalismo que apareceu em seus primeiros escritos.

outros historiadores. Entretanto, eles geralmente se inclinam a reduzir seu papel de “revisores” de relatos-padrão na fundação de novos fatos desenterrados pelos registros. Essa opinião restrita obscurece o estranhamento do diálogo com os mortos, que são reconstruídos através de seus restos “textualizados”, e isso resiste a qualquer vasta reconceitualização da natureza do entendimento histórico em termos da interação entre conhecimento “documental” e “permuta retórica”. Isso também minimiza o método da voz do historiador, que pode ser internamente “dialógica” quando resiste ao apelo de interpretações distintas, empregando uma reflexão auto-crítica sobre seus próprios protocolos de inquérito, gerando o uso de modelos como a ironia, paródia, auto-paródia e humor, que são duplas ou múltiplas vozes utilizadas na linguagem. A esse respeito, o conceito de dialogismo pondera que a persuasão deve permanecer em um amplo contexto discursivo. Dentro desse contexto, a “conversação” com o passado envolve o historiador no argumento, muitas vezes polêmico, — tanto com os outros, quanto consigo — sobre a abordagem do entendimento que são arrancados com questões políticas e institucionais.

(II) A retórica inclui um uso “performativo” da linguagem, que gera uma diferença em sua relação com o objeto de estudo. Isso não significa que os historiadores sejam obrigados a recorrer a explícitos julgamentos morais, evidente didatismo em lições esboçadas, ou “sessões expositivas”, nas quais alguns valores ou inclinações autobiográficas são descobertos pela audiência. Os aspectos mais evidentes da exposição pública geralmente servem a uma função purificadora e raramente conformam um relato em um estilo narrativo ou transfigurado. Ao invés do uso “performativo” da linguagem, que é efetivo na condição discursiva, emerge a questão do estilo em um uso atual da linguagem, que é trabalhado por cima de certos assuntos que geram uma reivindicação e evocam a resposta do ouvinte ou do leitor. Entre esses assuntos, é prudente desenvolver ou reconhecer o melhor argumento do qual deriva a força da sua racionalidade crítica. O papel do aleatório ou da absoluta certeza não elimina essa preocupação, no entanto eles ponderam acerca da demanda autocrítica da racionalidade e servem para checar a peremptória arrogância do argumento. Um uso “performativo” da linguagem deve envolver tanto historiadores quanto destinatários em um processo de mudança significativa pelo movimento deles em responder ao relato proferido e sua implicação para o contexto de interpretação existente. Genericamente, considerações retóricas reforçam os envolvimentos políticos de toda interpretação; até mesmo a descrição ou análise dos fatos aparentemente desinteressada, desengajada, de uma função ideológica explícita, pode ter servido no passado (por exemplo, na documentação referente à ascensão do Estado-Nação e/ou ilustração da intervenção sublime de Deus na história), embora se aproxime de uma posição política neutra. Esta posição pode, em certos momentos, parecer sensível a um grupo em uma condição deficiente ou facilmente exposta; isso permanece uma posição entre tantas e não simplesmente uma ausência de posição ou “preconceito”. Contudo, ao invés de uma livre licença para variações do passado, variações cuja única justificativa é sua distância de uma presença policial, a dimensão retórica da historiografia pode servir tanto

para testar visões correntes quanto, talvez, para requerer aos historiadores que eles ouçam atentamente vozes desconcertantes do passado e não simplesmente projetos narcisistas ou demandas de interesse próprio.

(III) A retórica destaca o problema de como se lêem textos. Ela levanta também a questão de se historiadores são capacitados para ler. Tenho notado a tendência de historiadores profissionais verem textos como documentos no sentido restrito da palavra e, da mesma forma, ignorarem as dimensões textuais dos documentos em si; ou seja, a maneira pela qual documentos “processam” ou reformulam o conteúdo em modos intimamente associados a processos sócio-culturais e políticos mais amplos. Historiadores freqüentemente lêem textos como simples fontes de informação no que diz respeito à análise de conteúdo. Nós tendemos a identificar um texto diretamente com o que ele parece representar ou dizer — com seus temas, propostas ou caracterizações. Dessa maneira, muitas vezes reduzimos todos os textos de estilos homogêneos a meros sintomas de algum fenômeno ou processo que os abranja. Nós podemos, efetivamente, tratar toda a literatura (quando literatura e filosofia não são eliminadas do registro histórico relevante) como literatura panfletária ordinária e discuti-la somente como um “sinal dos tempos” ou, então, em relação a suas funções imediatas e de seu impacto em outros eventos mais “tangíveis”. Historiadores raramente vêem textos significativos como eventos importantes em si que apresentam problemas complexos de interpretação e têm relações intrincadas com outros eventos e vários outros contextos pertinentes. Nós nem mesmo estamos inclinados a levantar a questão mais “retórica” de como textos fazem o que fazem — como, por exemplo, eles podem situar ou forjar o que eles “representam” ou inscrevem (discursos sociais, paradigmas, convenções genéricas, estereótipos e tudo o mais). Os múltiplos papéis dos tropos, da ironia, da paródia e de outros recursos “retóricos” de criação e organização geram resistências à construção de textos em relação às suas funções “representativas” ou estritamente documentárias, além de revelarem como os textos podem ter relações críticas ou mesmo potencialmente transformativas nos fenômenos neles “representados”. De forma mais sutil, eles também apontam para contestações internas ou modos como eles se diferem em seu funcionamento e interação com contextos, já que textos podem de diversas maneiras combinar relações sintomáticas, críticas e mais “indecidíveis” a práticas de significação dadas e a processos sócio-culturais.

(IV) A retórica supera não só as funções documentárias e referenciais da linguagem, como também todas as funções utilitárias, rotineiras e instrumentais. Ela envolve exposição verbal ou performance de um jeito mais amplo que aquele abrangido na noção padrão do “performático”. Essa qualidade magnífica da linguagem pode ser vista como o análogo discursivo do processo de troca de presentes, conforme a análise de antropólogos como Marcel Mauss. Assim como o presente, o uso retórico tem a característica de ser profundamente gratificante e ameaçador ou gerador de ansiedade, particularmente em referência a critérios científicos sobre o significado (tais como definições de termos unívocas). Ele também propicia um palco mais amplo para que os tropos desempenhem seus papéis, como viradas de linguagem que manifestam

um ludíbrico e, às vezes, um mistério em potencial (na formulação hiperbólica de Paul de Man: “A retórica suspende radicalmente a lógica e abre possibilidades vertiginosas para aberrações referenciais”)³⁸. Além disso, o lado festivo, de fato o lado carnavalesco da linguagem, restabelece a importância da epidéitica como uma forma de louvor-abuso que não pode ser subordinada de todo aos imperativos mais “sérios” dos modos de argumentação deliberativo e forense³⁹.

(V) A retórica coloca a dialética da identificação, da qual certas formas de persuasão são somente variantes monológicas, entre os falantes. Isso também promove a consciência de que a relação dialógica com o passado encontra o problema de aceitar a “transferência” no sentido psicanalítico de uma repetição/destituição do “objeto” de estudo no próprio discurso que alguém faz sobre ele – um problema que é burlado ou reprimido tanto na idéia de uma comunhão empática total, quanto na idéia de uma representação totalmente objetiva do “objeto”. Qualquer pessoa pode buscar a própria voz ao usar a linguagem “retoricamente”, mas, além disso, terá de se confrontar com as outras vozes do passado, do presente e mesmo do futuro. De fato, ela enfrentará problemas maiores na constituição e no funcionamento no organismo político. É evidente que a identificação não exclui o argumento, o debate e a polêmica, nem é necessariamente ajustada à meta de se fundir em uma voz unificada. Ela pode, em vez disso, surgir com um entendimento dialógico do discurso que diz respeito a tendências unificantes e contestadoras ou disseminadoras no uso da linguagem. Qualquer um pode buscar, ainda, acessar ou recuperar aspectos pouco enfatizados do passado e inseri-los em uma “luta” mais envolvente com tendências proeminentes no presente, incluindo o próprio ideal de conhecimento documentário. Nesse sentido, uma tarefa vital da historiografia seria a de reler seus supostos “pais” fundadores com sensibilidade às partes de textos que foram obscurecidas, mal interpretadas ou pouco valorizadas; freqüentemente graças às lentes documentárias ou estritamente “científicas” com as quais são lidos. O estilo altamente carnavalizado de Marx, o equilíbrio irônico de Tocqueville, o entendimento de Michelet da linguagem histórica como um rito fúnebre e a explosiva mistura de estilos de Carlyle (penso naquela ruidosa sátira menipéia,

³⁸ *Allegories of Reading*, p.10. Deve-se notar que de Man se refere, aqui, a possibilidades, e que o perigo em sua própria abordagem é a conversão de possibilidade em necessidade por uma redução da retórica ao nível de uma tecnologia intrincada dos tropos, bem como por uma tendência quase obsessiva, altamente previsível, de transformar a aporia em um programa oculto ou em um *telos* da linguagem. O risco da aberração referencial, então, perde paradoxalmente seu *status* aleatório, e a aporia ameaça se tornar o *ne plus ultra* do discurso. Entretanto, levantar problemas nesses enganosamente simples termos é, de modo evidente, ignorar o desafio da prática textual de Man, bem como a força de sua redenção em *De docta ignorantia*.

³⁹ “Acadêmicos contemporâneos revelam certo desconforto com a epidéitica como sendo uma categoria. Muitos a registram respeitosa e como uma das formas ancestrais de discurso público e então passam rapidamente para a oratória deliberativa e forense, deixando a impressão de que a epidéitica é um pós-pensamento cujo propósito é cobrir aquelas orações que são incapazes de se adequar harmoniosamente a uma das duas classificações tradicionais. Se de modo algum tratadas, as orações epidéiticas são caracterizadas como exemplos cerimoniais ou ritualistas, ‘exercícios ludibriosos de virtuosos oracionais’”. Lawrence W. Rosenfield, “The Practical Celebration of Epideictic”, em *Rhetoric in Transition*, Ed. Eugene E. White (University Park and London, 1980), p. 131.

Sartor Resartus) clamariam por revisão nesse aspecto, da mesma forma como clamariam os estilos de outros mestres do passado que são facilmente rotulados (utópicos, científicos, românticos etc.) de uma maneira que não é de todo errada, mas que pode ser altamente parcial⁴⁰.

(VI) A retórica levanta questões de ambivalência e de tensão de funções no uso da linguagem e sua relação à interação dos estilos discursivos. No que diz respeito à historiografia, um problema óbvio é a relação entre uma interpretação favorável do passado, que requer um grau de identificação, e a distância crítica que se toma dele em benefício de um julgamento crítico e com objetividade científica. Um problema paralelo é a função do retórico em tornar toda a história uma memória viva que pode (como desejava Michelet) ressuscitar os mortos e revelar sua importância para o presente e o futuro. Esses problemas indicam que a própria historiografia é um estilo de uso da linguagem tenso e confuso, envolvendo tanto o conhecimento documentário ou “científico” quanto a retórica em uma noção de cognição mais ampla e inevitavelmente problemática. A possibilidade de a retórica talvez sobrepujar procedimentos científicos familiares, porém frágeis, cria uma angústia compreensível, pois se o passado recente nos ensinou algo, ensinou que os procedimentos científicos convencionais para avaliação de evidências e para teste de hipóteses estão todos absolutamente comprometidos. A força retórica que trata com arrogância a demanda por precisão empírica e por prova rigorosa pode, às vezes, ser mais censurável que a prosa complacente de sempre. Contudo, para ser científica, a prática discursiva tem de reconhecer seus próprios limites, bem como o fato de que esses limites devem, por vezes, ser superados ou mesmo radicalmente transformados. A identificação dos limites não é uma questão simples de estabelecer fronteiras inalcançáveis que excluam (ou mesmo leguem para “outrem”) por seus abusos potenciais, o bode expiatório. Qualquer força poderosa pode sofrer abuso, e a possibilidade de abuso seria o bastante para desqualificar qualquer corrente inquietante — e estimulante — que exista.

(VII) A falta de atenção ao problema da retórica, ou à simples dicotomia entre ciência e retórica, incorre em uma tendência a percebê-la “meramente” como o retórico, e a entender a verdade científica particularmente em termos de uma cega retórica da anti-retórica. Essa tendência, que define a ciência como o adversário ou a antítese da retórica, tem sido muitas vezes associada à defesa de um “estilo simples”, que tenta ou finge ser completamente transparente ao seu objeto. Não é incomum observar que

⁴⁰ Um historiador muito consciente desses problemas e cujo estilo punha em prática tal consciência foi Pieter Geyl. Veja, especialmente, seus *Debates with Historians* (Cleveland and New York, 1958). Veja também Roland Barthes, *Michelet par lui-même* (Paris, 1954); Robert Canary e Henry Kozicki, editors, *The Writing of History* (Madison, Wis., 1978); Lionel Gossman, “Augustin Thierry and Liberal Historiography”, *History and Theory* XV, Beiheft 15 (1976) e *The Empire Unpossess'd: An Essay on Gibbon's "Decline and Fall"* (Cambridge, 1981); Dominick LaCapra, “Reading Marx: The Case of *The Eighteenth Brumaire*”, “Bakhtin, Marxism, and the Carnavalesque”, e “Marxism and Intellectual History”, em *Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language* (Ithaca, N.Y., 1983); e Linda Orr, *Jules Michelet: Nature, History and Language* (Ithaca, N.Y., 1976). Seria imperdoável não mencionar as obras de Kenneth Burke, que tocam em todos os problemas que evoquei. É desnecessário dizer que a lista de nomes e de textos nesta nota poderia ser consideravelmente estendida.

a anti-retórica do estilo simples ou, de modo mais elaborado, da cientificidade é, em si, uma busca que se auto-abdica por certa retórica: uma retórica não adornada de figuras, impassível de emoções, sem nuvens de imagens e universalista em seu escopo conceitual ou matemático. É menos comum interpretar essa busca de uma maneira auto-reflexiva que levanta a questão da retórica da transparência no aceite de determinadas questões. Essa busca pode ser tão dúbia em suas fundamentações intelectuais quanto é em suas implicações sociopolíticas. Ela pode também favorecer um esforço unilateral para elaborar uma ciência da retórica, em vez de uma arte do uso da retórica, uma ciência que apresenta o uso pura e simplesmente como uma precipitação (ou instanciação) de estruturas e códigos. De fato, uma das atividades mais fatídicas ao se ensinar retórica é aquela que vai da pedagógica emulação de exemplos (poemas, paródias, sátiras etc.) à codificação da terminologia e dos princípios. A renovação do problema da retórica pode tornar possível um melhor entendimento do complexo relacionamento entre os códigos e seu uso no que diz respeito não somente ao passado, mas ao discurso do próprio historiador. Ela pode, assim, fornecer descobertas mais importantes sobre a posição liminar entre “ciência” e “arte”, em que se encontra o trabalho do historiador — uma posição que não pode ser fixa para sempre, precisamente porque ela clama por uma reconceitualização recorrente.

(VIII) Deve-se reconhecer de forma efetiva que qualquer tentativa de articular a retórica e uma relação “dialógica” ao passado, incluindo o meu próprio, será irremediavelmente ideológica se ela não indicar seus limites e o problema de transformá-los. Qualquer “diálogo” com o passado na historiografia profissional ocorre em um contexto social, político, econômico e cultural maior, que coloca severas restrições sobre ele. Uma característica proeminente desse contexto discursivo e institucional no período moderno é a divisão marcada entre as (e por dentro das) culturas da elite e do povo, acompanhada pelo surgimento de uma “cultura de massa” acomodada ou de uma “indústria cultural” que aliena determinadas elites culturais e ameaça se apropriar tanto das novas, quanto das antigas formas de cultura popular. Mesmo as tentativas de apelo a estilos populares (por exemplo, o carnavalesco), por dentro da cultura de elite, a fim de protestar contra uma indústria cultural invasiva e seus processos de acomodação, freqüentemente ocorreram por meio de formas experimentais que são inacessíveis a grupos populares e muitas vezes consumidas por classes privilegiadas como símbolos de *status*. Esse amplo problema possibilita o cenário para as vacilações mais superficiais na síndrome de crise/complacência da historiografia que registrei e as quais, sem dúvida, irão continuar seu curso no futuro⁴¹. Sem um empenho auto-crítico para aceitar sua própria inserção nesse cenário – um cenário que Gramsci teria visto como o

⁴¹ Em seu epílogo para uma reedição de sua seção do livro, John Higham vê o presente como um “tempo de inquietações”. Ele continua a oferecer o consenso de entender um paradigma de pesquisa como um ideal na historiografia, mas agora ele o pensa como eventos sociopolíticos elusivamente dados, “intrusões de outras disciplinas acadêmicas” (p. 242), e debate sobre a fé histórica em si. Ele mostra pouca percepção no sentido de se o “tempo de inquietações” pode também ser lido como um tempo para reconceitualização básica da disciplina (*History: Professional Scholarship in America* [Baltimore and London, 1983]).

lugar em que se coloca a questão da hegemonia –, mesmo o “diálogo” mais insistente com o passado está condenado a ser uma carta sem destinatário.

Esse ensaio pode, de modo geral, ser lido como um comentário oblíquo sobre minha epígrafe, retirada da famosa carta de Maquiavel ao seu amigo, o embaixador Francesco Vettori. Com a derrota de sua amada república florentina, Maquiavel caiu de sua posição de poder e de graça, estando, pois, ansioso para se reinstalar ativamente em uma posição política. A citação, que serve como minha epígrafe, foi o prefácio da declaração de Maquiavel em que ele dizia ter passado seu tempo em exílio escrevendo uma obra que deveria ser acolhida por um príncipe, especialmente por um novo príncipe. Ele dedicou *O Príncipe* ao novo governante de Florença, Giuliano d’ Medici, cuja estima queria obter. A história que relata sua gênese em um mito realista da origem pode ser usada para emblematizar a situação da historiografia e das “ciências humanas” relacionadas como estilos complexos de discurso, nos quais uma troca com o passado é sempre associada a um diálogo presente⁴². E o ritual vestuário, no qual Maquiavel vestia seus próprios diálogos com os mortos, pode ser lido como um sinal de que o discurso político, sempre que capturado em problemas de poder e de interesse, pode se abrir também a processos mais amplos que testem e contestem os limites de um entendimento convencional tanto da política quanto do discurso.

* * *

Autor convidado, texto recebido em 16 de março de 2013.

Tradução:

Eduardo Ferraz Felipe, USP.

Thiago Ponce de Moraes, UFF.

⁴² Em ensaio não publicado (“Per miei carmi: Machiavelli’s discourses of Exile) John Najemy sutilmente mostra como a discussão da política como um discurso do poder era, às vezes, alegremente mesclado nas cartas entre Maquiavel e Vettori, com uma discussão sobre o amor e a imprudente perda de controle que isso freqüentemente trouxe. Pode-se também consultar o excelente trabalho de Nancy S., Struerver *The language of History in the Renaissance: Rhetoric and Historical Consciousness in Florentine Humanism* (Princeton, 1970)